

APRENDIZAGEM HISTÓRICA:

Entre conceitos e aplicabilidades

Washington Tourinho Júnior
Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo
(Organizadores)



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Atena
Editora
Ano 2022

APRENDIZAGEM HISTÓRICA:

Entre conceitos e aplicabilidades

Washington Tourinho Júnior
Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo
(Organizadores)



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Aprendizagem histórica: entre conceitos e aplicabilidades

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Washington Tourinho Júnior
Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A654 Aprendizagem histórica: entre conceitos e aplicabilidades /
Organizador Washington Tourinho Júnior, Telma
Bonifácio dos Santos Reinaldo. – Ponta Grossa - PR:
Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0066-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.660220104>

1. História geral – Estudo e ensino. 2. Aprendizagem
histórica. I. Tourinho Júnior, Washington (Organizador). II.
Reinaldo, Telma Bonifácio dos Santos (Organizadora). III.
Título.

CDD 907

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



EPÍGRAFE

O saber se vai buscar
E é preciso sempre ler
Não perca oportunidade
Esse livro é pra você.

Júlia Constança

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 1

CAPÍTULO 1..... 11

A DIDÁTICA DA HISTÓRIA COMO CIÊNCIA DA APRENDIZAGEM HISTÓRICA:
REFLEXÕES DE ESTUDIOSOS DO CAMPO

Sandra Regina Rodrigues dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201041>

CAPÍTULO 2..... 31

AS ESCOLAS HISTÓRICAS E SUA INFLUÊNCIA NA ESCRITA DA HISTÓRIA E DOS
LIVROS DIDÁTICOS

Júlia Constança Pereira Camêlo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201042>

CAPÍTULO 3..... 47

FRAGMENTAÇÃO, SUPERFICIALIZAÇÃO E CONTROLE: OS MANUAIS DOS
PROFESSORES E A APRENDIZAGEM HISTÓRICA

Washington Tourinho Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201043>

CAPÍTULO 4..... 68

APRENDIZAGEM HISTÓRICA NA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS: DESAFIOS
E DESDOBRAMENTOS DE UMA NOVA PROPOSTA CURRICULAR DOCENTE EM
BACABAL-MA

Maria José dos Santos

Viviane de Oliveira Barbosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201044>

CAPÍTULO 5..... 87

APRENDIZAGEM HIGIÊNICA SÃ E PATRIÓTICA: UMA ANÁLISE DO CONGRESSO
PEDAGÓGICO DE 1920 EM SÃO LUÍS - MA

Mary Angélica Costa Tourinho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201045>





CAPÍTULO 6..... 103

NEGAÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO NEGRA:
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Marcelo Pagliosa Carvalho

Tanielle Cristina dos Anjos Abreu

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201046>

CAPÍTULO 7	127
PROJETO FOCO ACADÊMICO – EIXO ENSINO (UFMA): EXPERIÊNCIAS NO CAMPO DA HISTÓRIA	
Marize Helena de Campos Adriana Regina Oliveira Coelho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201047	
CAPÍTULO 8	151
EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS E PRÁTICAS DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR O PARFOR/HISTÓRIA NO MUNICÍPIO DE URBANO SANTOS-MARANHÃO	
Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201048	
CAPÍTULO 9	172
MESTRES OUVINTES: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PAPEL DO “HISTORIADOR” A PARTIR DO POEMA DRUMMONIANO	
Rogério de Carvalho Veras Larissa Aryane Lima Araujo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6602201049	
CAPÍTULO 10	180
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ÁREA ITAQUI BACANGA (MA), CONSCIENTIZAR PARA PRESERVAR	
Antonia da Silva Mota Flaviomiro Silva Mendonça	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.66022010410	
SOBRE OS AUTORES	198
SOBRE OS ORGANIZADORES	202

INTRODUÇÃO

APRENDIZAGEM HISTÓRICA: ENTRE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo

Washington Tourinho Júnior

Durante boa parte do século XX as discussões acerca do ensino de História ocorriam, em sua maioria, no campo da psicologia e da pedagogia a partir de referenciais da ciência histórica. Conceitos como: consciência histórica, didática da História, metodologia do ensino da História e processo ensino/aprendizagem, geralmente encontravam na psicologia e na pedagogia os seus espaços de discussão e ambientação, ficando o campo do conhecimento histórico relegado à posição de coadjuvante na construção das epistemologias e das metodologias relativas a tais conceitos, uma vez que as teorias que embasavam tais discussões estavam situadas em um dos dois campos, ou seja, os conceitos que davam estrutura e organicidade a estas discussões eram oriundos das teorias de autores como: Piaget, Skinner e Vigotski, (ligados ao campo da psicologia da educação) ou às análises de Bourdieu, Passeron, Alain Choppin e André Chervel (ligados ao campo da sociologia da educação). Aos referenciais oriundos da ciência histórica cabia a função de instrumento de espacialização teórica, cujo objetivo seria o de dar especificidade e identidade às discussões direcionadas ao ensino de História. Esta perspectiva dominou o campo de formação profissional da História até as últimas décadas do século XX. Noções como aprendizagem, didática e ensino eram apresentadas apenas em seus aspectos mais gerais e serviam de referência teórica e prática para todas as disciplinas da área de ensino (História, Geografia, Matemática, etc.). Um bom exemplo pode ser notado na forma como a disciplina didática era ministrada nos cursos de formação de professores, concebidos nesta modalidade como educadores

Ela (a didática) é ensinada, dentro dos currículos, separadamente das disciplinas profissionalizantes, quer seja nas licenciaturas em geral, quer seja nos cursos de pedagogia. Na prática do planejamento, execução e avaliação do ensino, superior ou médio, ela é apresentada como se fosse um conjunto de mecanismos assépticos e isolados de como fazer alguma coisa. (...) Mesmo existindo nos currículos disciplinas que discutiam os fundamentos da prática educacional, na maior parte das vezes, para não dizer sempre, ficam situadas como conteúdos a serem apreendidos isoladamente e não como posicionamentos a serem levados em consideração na prática diuturna do pesquisador. (LUCKESI, 2001, p 31)

A didática e, em decorrência, a noção de aprendizagem, conforme nos mostra Luckesi, são apresentadas como entes universais cuja aplicabilidade e conhecimento

independem da área onde são aplicadas provocando um descompasso entre a teoria e a prática profissional de ensino, mais precisamente, e no nosso caso, o professor de História. Convém lembrar que nas décadas de 80 e 90 do século XX a configuração dos cursos de formação gravitava em torno da cisão ensino/pesquisa ou, mais precisamente licenciado/bacharel.

Na primeira década do século XXI, estas discussões sofrem uma inversão. Tomando como ponto de partida, não mais os campos da Psicologia e da Pedagogia, mas os referenciais da Ciência Histórica, os conceitos acima mencionados passam a apontar para um novo paradigma nas discussões referentes ao ensino de História e a aprendizagem histórica. Segundo Maria Auxiliadora Schimidt o último quartel da década de 1990 e os primeiros anos deste século viram multiplicar-se os estudos referentes ao ensino de História e a aprendizagem histórica a partir dos referenciais da própria disciplina

No Brasil, as pesquisas sobre ensino e aprendizagem da História adquiriram grande impulso nas últimas décadas, o que pode ser observado pela expansão das linhas de pesquisa e pelo aumento da produção e da publicação nessa área. Esse boom pode ser também observado em outros países e tem provocado o aparecimento de domínios específicos na área do ensino de História, como o chamado campo da Educação Histórica que se desenvolveu em países como Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, Portugal e também no Brasil. (SCHIMIDT, 2014, p 42).

O crescimento das pesquisas no campo do ensino e aprendizagem histórica no Brasil segue uma tendência iniciada na Europa de reposicionamento das discussões sobre a didática da História a partir da noção de Educação Histórica, Cultura Histórica e Consciência Histórica. Estes três conceitos, observados sempre no plano relacional, tornar-se-ão centrais no desenvolvimento de teorias e metodologias específicas do campo da História.

As investigações e reflexões que têm ocorrido no âmbito do domínio teórico da Educação Histórica circunscrevem-se nas questões relacionadas aos estudos da consciência histórica como objeto e objetivo da didática da História, tendo como foco principal a aprendizagem histórica. Nesse sentido, a consciência histórica passa a ser uma categoria que serve para a autoexplicação da História como disciplina escolar, para a sua identificação como uma matéria específica e com uma metodologia própria (SCHIMIDT, 2014, p 42).

A Educação Histórica, vista como campo amplo de estudo funciona como meio para a formação da Consciência Histórica e para o entendimento dos modos de ensinar os temas e assuntos pertinentes à disciplina História. Segundo Barca (2001, p 13) a Educação Histórica constrói-se no momento em que assumimos o Ensino de História como uma disciplina com fundamentação teórica própria, constituindo-se como teoria e aplicação à educação de princípios decorrentes da cognição histórica. A cognição histórica, por sua vez, consiste em um processo de aprendizado e elaboração do conhecimento altamente especializado

fundamental na formulação da Consciência Histórica. É a partir da Consciência Histórica que a Cultura Histórica se constrói, ou seja a Cultura Histórica consiste na aplicação prática da Consciência Histórica. É neste plano relacional que Educação Histórica, Consciência Histórica e Cultura Histórica atuam para a construção do conhecimento Histórico

A consciência histórica dá estrutura ao conhecimento histórico como um meio de entender o tempo presente e antecipar o futuro. Ela é uma combinação complexa que contém a apreensão do passado regulada pela necessidade de entender o presente e de presumir o futuro. Se os historiadores vierem a perceber a conexão essencial entre as três dimensões do tempo na estrutura da consciência histórica, eles podem evitar o preconceito acadêmico amplamente aceito de que a história lida unicamente com o passado: não há nada a se fazer com os problemas do presente e ainda menos com os do futuro. (RÜSEN, 2011, pp36, 37).

Como vemos, Rüsen nos traz a necessidade de reorganizarmos os parâmetros epistemológicos que alicerçam o conhecimento Histórico apontando para a necessidade de reorganização de dois outros conceitos o de Didática da História e o de Aprendizagem Histórica. Ensinar História, para além da mera explicação do passado consiste, a partir desta reconfiguração conceitual, na adoção de um conjunto de desafios que conduzam o alunos a experienciar o seu tempo a partir da observação do tempo do outro, entendendo o seu lugar no tempo e criando perspectivas de futuro (RÜSEN, 2016). O pensamento histórico passa a ser concebido como um movimento mental extremamente dinâmico. A História, observada nesta perspectiva, deixa de ser entendida como um estudo cumulativo e linear, onde o entendimento do passado encerrava-se em si próprio. A História não é o passado. É a construção de um sentido na inter-relação do presente com o passado, repleto de significados (RÜSEN, 2016, p19).

A didática da História e a aprendizagem histórica assumiriam, a partir de então um protagonismo nos cursos de formação de professores de História. Tal protagonismo partiria da concepção da didática da História enquanto uma disciplina mediadora, ou seja uma disciplina que faria a mediação entre a teoria da História e as disciplinas ligadas a área de ensino de História. Para além da concepção da didática da História como um conjunto de métodos assépticos o que se impõe agora é a observação desta disciplina como um instrumento de construção do conhecimento histórico e como um vasto campo de pesquisa.

Assim, a didática coloca-se dentro dos parâmetros da metodização e da teorização da História, deixando de ser uma disciplina isolada no contexto do debate. A relação didática da História e da ciência histórica permite que a primeira torne relevante não apenas a pesquisa medial, mas sim, as categorias históricas que compõem a própria teorização da História. (CAIMI et al, 1999, pp 19-20).

A didática, enquanto disciplina e campo de pesquisa, incorpora ao seu campo epistemológico conceitos e métodos da ciência histórica atuando como um conjunto de

abordagens formalizadas direcionadas especificamente para o ensino da História na educação básica. Entendida como uma disciplina que possui em seu escopo elementos de pesquisa da vida prática, quer do profissional, quer do aluno da educação básica a didática da história constrói uma identidade vinculada “humbilicalmente” com a teoria da História, ou seja pesquisar, discutir e aplicar a didaticamente princípios educacionais no ensino de História só se torna possível se observados os princípios epistemológicos básicos da ciência histórica. A didática passa a desempenhar um papel importante na escrita e na compreensão histórica. (RÜSEN, 2011).

A didática da História se situa nesta relação direta com a ciência da história, na medida que se concebe como ciência do aprendizado histórico e não como ciência da transmissão do conhecimento histórico produzido pela ciência da história. (RÜSEN, 2012, p 16).

Ou seja, a didática da história assume o papel de ciência do aprendizado histórico e a aprendizagem histórica, por sua vez, é concebida como o processo de formação da identidade e orientação históricas mediante as operações da consciência histórica (RÜSEN, 2012, p16). A aprendizagem histórica desenvolve-se na relação entre teoria histórica e vivência prática dos alunos, concretizando-se através de um conjunto de conceitos e competências históricas que se a apresentam no tempo. A aprendizagem histórica, liberada das amarras conceituais advindas da psicologia da aprendizagem, mas sem romper com elas, desenvolve-se enquanto um conjunto de operações mentais cognitivas determinados curricularmente pelo ensino de História. A aprendizagem histórica passa a agregar dois elementos inovadores (se assim podemos conceber): A experiência temporal e a localização espacial e teórica.

A experiência temporal consiste na observação do tempo em suas múltiplas dimensões: 1) O tempo passado ou do outro, aquele que é composto pelo conjunto de informações e análises que dá vida a ciência da história, as informações do passado, concebido aqui como um conjunto memorial e seletivo; 2) O tempo presente, o tempo do meu presente, aquele no qual eu me incluo e que constrói a minha localização espacial e a minha identificação primária. É neste tempo que as tensões e inquietações se colocam, é neste tempo que se apresentam duas noções estruturantes da teoria da história, a noção de verdade e de memória; 3) A relação dinâmica entre o passado e o presente produzindo as expectativas e ideias de futuro. Neste ponto observamos a construção de uma relação dinâmica entre memória, verdade, experiência e identidade. A observação dessas dimensões temporais são seguidas das noções de percepção, interpretação e motivação, fazendo com que a aprendizagem histórica articule constantemente conhecimento e experiência. A Narrativa histórica, a partir da noção de aprendizagem histórica, apresenta-se pois, como um processo mental, comucativamente realizado, no qual este contexto é criado, de forma que a experiência do passado torne-se a interpretação do presente e a

expectativa do futuro (RÜSEN, 2012, p75).

A localização espacial e teórica, pensada a partir da didática da história e da aprendizagem histórica situa-se na concepção de especialização do profissional ligado a área de ensino de História. Nesta perspectiva entende-se que para além da formação do profissional de História, existe a formação do professor de história. O profissional de História, neste sentido, seria o indivíduo formado na academia com funções gerais vinculado a análise dos princípios e fundamentos que perpassam todo tipo de conhecimento histórico, executando as suas atribuições a partir de um conjunto conceitual e metodológico advindo da teoria da História e da relação das mesmas com as disciplinas afins, numa interdisciplinaridade dinâmica e constante. O professor de História seria o profissional que, para além dos conhecimento dos princípios e fundamentos que perpassam a teoria da história, aplicaria estes princípios didaticamente, ou seja adotando a didática da História como campo de desenvolvimento de suas pesquisas e interpretações, concebendo a aprendizagem histórica como uma necessidade humana básica e intergeracional que se processa na relação entre professores e alunos.

A aprendizagem histórica consiste pois, em um processo que se estrutura através da ação desenvolvida no campo da didática da história de responsabilidade de professores profissionais, que formados enquanto historiadores profissionais especializam-se no campo da Educação Histórica, como idealizadores e operacionalizadores de conceitos e métodos ligados à didática da História, fundamentais para a formação da consciência histórica do aluno. Segundo Rüsen:

A relação da sociologia da cultura histórica com a Didática da História tem como resultado a aprendizagem. As disciplinas acadêmicas são respostas institucionalizadas para necessidades sociais. Os estudos históricos são uma resposta às questões sobre o tempo. Qual a questão respondida pela Didática da História? Nós precisamos de professores profissionais. Não só historiadores profissionais em sala de aula. O ponto de partida é a profissionalização de professores de história. Contamos com brilhantes teóricos do desenvolvimento da consciência moderna. Mas não existe nada parecido com o desenvolvimento da consciência histórica (2016, p 21).

A aprendizagem histórica, desenvolvida por professores profissionais, propicia ao aluno a ampliação do campo da experiência histórica através da noção das diversas dimensões temporais e do desenvolvimento da habilidade de compreender o passado como um construto memorial seletivo fundamental para a compreensão dos aspectos formativos e identitários do presente. Ao compreender e compreender-se no presente, o aluno será capaz de articular estas dimensões temporais seletivas de forma dinâmica e criativa articulando compreensão do mundo e de sua própria identidade. É através destes mecanismos, tanto epistemológicos, quanto metodológicos que o professor propicia ao aluno a possibilidade de Construir a habilidade de conformar as aspirações de cada um a

partir de uma ideia empiricamente plausível de mudança temporal (RÜSEN, 2016).

O estudo das conceitualizações e experiências ligadas à aprendizagem histórica, sob essa nova ótica, torna-se de vital importância para a renovação das discussões a respeito do ensino de História. É com este objetivo que a os professores do Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória) da Universidade Federal do Maranhão apresentam aos leitores o Livro **“Aprendizagem Histórica: Entre Conceitos e Experiências”**. Esta coletânea tem por objetivo apresentar as diversas formas de operacionalização do processo de aprendizagem histórica levada a cabo por alunos e professores do Mestrado, e as discussões apresentadas o âmbito da disciplina didática da História, com destaque para os conceitos e metodologias que embasam as ações articuladas entre professores e alunos da educação básica.

No primeiro capítulo intitulado “Didática da História como Ciência da Aprendizagem Histórica: reflexões de estudiosos de campo” Sandra Regina Rodrigues dos Santos faz uma extensa apresentação das discussões e análises realizadas por intelectuais brasileiros sobre três conceitos basilares da obra de Jörn Rüsen: Educação Histórica, Consciência Histórica e Didática da História, com destaques para as contribuições de Maria Auxiliadora Schimidt, Luís Fernando Cerri, Oldimar Cardoso e Estevam Rezende Martins. Através da análise destes autores e da apresentação das práticas de leitura que os mesmos utilizam ao apropriarem-se dos conceitos Rusenianos, Sandra Regina demonstra como as estratégias da aprendizagem, uma vez ancoradas nestas referências conceituais, atuam tanto no campo da educação formal, mais especificamente no Ensino de História, quanto no campo da educação informal, possibilitando a formação da consciência histórica do aluno.

No segundo capítulo, intitulado “As escolas Históricas e suas Influências na Escrita da História e dos Livros Didáticos”, Julia Constança Pereira Camelo, faz uma relação entre o referencial teórico construído a partir do Positivismo, do Materialismo Histórico e da Escola dos Annales e a forma de operacionalização dos mesmos na escrita da História e no ensino de História, com destaque para a escrita didática da História, ou seja aquela apresentada nos livros didáticos. Partindo da concepção de escola Histórica a autora apresenta os elementos que caracterizam uma escola histórica e as formas de ação conjunta que se apresenta nas mesmas, a partir deste ponto nomina as Escolas que servirão de referência, mais precisamente as escolas citadas acima, apontando as características mais gerais da cada escola analisada. Feito este exercício Júlia passa a buscar os elementos destas escolas presentes na escrita didática da História, apontando as diversas formas de operacionalização dos conceitos e as diversas estratégias encontradas pelos professores/autores para afirmar a sua escrita enquanto uma escrita didática que possibilite o processo de aprendizagem histórica do aluno. Este exercício consiste em uma análise fundamental do metamorfoseamento da escrita de referência, além de apontar as diversas m apropriações realizadas no âmbito da escrita didática.

No capítulo terceiro intitulado “Fragmentação, Superficialização e Controle: os manuais dos professores e a aprendizagem histórica”, Washington Tourinho Júnior define a relação entre os Manuais dos Professores, parte integrante dos Livros Didáticos utilizados pelos alunos e o processo de aprendizagem histórica. Constituídos com o objetivo de “facilitar e organizar” o trabalho realizado pelo professor dentro da sala de aula os manuais dos Professores vem assumindo um papel cada vez mais central na referência teórica do professor de História e, por conseguinte na relação ensino/aprendizagem. Transformados em um espaço de apresentação de conceitos, métodos, estratégias, temas e fontes ligados a teoria da História e à didática da História estes manuais passam a trazer no seu texto conceitos fundamentais para a aprendizagem histórica, apresentando autores de referência e fragmentos textuais, além de “sugestões” didáticas para o professor. Ao apresentar-se como um espaço de ampliação do conhecimento Os manuais dos Professores, estabelecem uma relação cada vez mais imbricada com os professores, impactando diretamente na aprendizagem dos alunos e fragmentando o processo de aprendizagem histórica.

No quarto Capítulo Maria José dos Santos e Viviane Oliveira Barbosa, demonstram como o curso de Licenciatura em Ciências Humanas, específico para a formação de professores elaborou e operacionalizou um processo de aprendizagem interdisciplinar analisando o Projeto Pedagógico Curricular do referido curso. Sob o título “Aprendizagem Histórica na Licenciatura em Ciências Humanas: desafios e desdobramentos de uma nova proposta curricular docente em Bacabal-MA” as autoras fazem uma análise do processo de implementação do curso de Licenciatura em Ciências Humanas destacando as propostas de aprendizagem e as experiências vividas pelo corpo docente e discente no primeiro triênio de atuação do curso (2010-2013). Ao analisarem as formas de operacionalização das diretrizes curriculares do curso, as autoras apontam para os desafios enfrentados pelos docentes na implementação do PPC do curso na cidade de Bacabal, uma cidade de porte médio do estado do Maranhão, com uma população de 100.014 habitantes (de acordo com o censo de 2010, época da implantação do curso). Tal implementação, de acordo com as autoras repercute até hoje na cidade e nos municípios vizinhos, principalmente se levarmos em conta a trajetória profissional dos egressos do curso e a construção de um novo olhar para os cursos de licenciatura na região. Com destaque para a atuação e o planejamento coletivo realizado a cada semestre, Maria José e Viviane demonstram como a implementação do PPC do curso de forma dialogada e estrategicamente estruturada possibilitou o desenvolvimento do processo de aprendizagem histórica através da atuação marcante de professores profissionais junto ao corpo discente de forma direta e aos alunos da educação básica de forma indireta.

No quinto capítulo, Mary Angélica Costa Tourinho analisa como a aprendizagem cumpriu, no decorrer da História do Brasil republicano, a função de construção do ideário de modernidade, nacionalidade e patriotismo. Intitulado “Aprendizagem Higiênica, São e

Patriótica: uma análise do congresso pedagógico de 1920 em São Luís – MA”, o capítulo aborda as discussões sobre aprendizagem que aconteceram durante o Congresso Pedagógico realizado no Maranhão na década de 1920. Apoiado no ideário positivista o 1º Congresso Pedagógico do Maranhão discutiu ideias e princípios educacionais ancorados nos conceitos de modernização, civilidade, urbanismo, nacionalidade e patriotismo. A perspectiva de uma aprendizagem que pudesse dar conta destes conceitos apresentava-se sob a forma de uma educação técnico-científica que tinham por finalidade o desenvolvimento de sentimentos de civismo e patriotismo fundamentais para a “formação dos futuros cidadãos da república”. O conceito de aprendizagem, de matiz iluminista e positivista, teria por função a construção do cidadão ordeiro e patriota, através de um processo de modernização das instituições educacionais que passariam a funcionar em sintonia com as teorias aplicadas no continente europeu. Ao analisar as discussões ocorridas no Congresso Pedagógico Mary Angélica demonstra a relação entre aprendizagem e formação cidadã, próprio de uma república em processo de afirmação.

No sexto capítulo Marcelo Pagliosa Carvalho e Tanielle Cristina dos Anjos Abreu analisam o papel do racismo na educação brasileira e por conseguinte no processo de aprendizagem do aluno, apontado aqui como um processo desigual e excludente. Sob o título “Negação Histórica dos Direitos Humanos da População Negra: Políticas Públicas para uma educação Antirracista” os autores apontam o papel desempenhado pelo racismo na manutenção das desigualdades estruturais da sociedade brasileira com destaque para a educação histórica. Marcelo e Tanielle apontam o racismo como um elemento estruturante na formulação do discurso pedagógico nacional, atuando como um elemento proliferador de diferenças no campo educacional e operacionalizador de uma aprendizagem histórica descaracterizadora do sujeito enquanto ser social diverso e altérico. Analisando princípios estabelecidos na Constituição Federal e as premissas estabelecidas na carta de direitos da ONU, os autores propõem todo um conjunto de práticas e estratégias que promovam uma inversão das políticas públicas no campo da educação buscando a construção de uma consciência histórica de acordo com a multiplicidade formativa da sociedade brasileira, em especial a população negra. Para tanto, apontam para a construção de uma aprendizagem histórica que rompa com o caráter excludente, patriarcal e racista da sociedade brasileira.

No sétimo capítulo intitulado “Projeto foco acadêmico – Eixo ensino (UFMA): Experiências no campo da História”, Marize Helena de Campos e Adriana Regina Oliveira Coelho apresentam uma experiência de trabalho com foco na Didática da História e na aprendizagem histórica. Analisando o papel desempenhado pelo projeto foco acadêmico, que consiste em um projeto de assistência estudantil que objetiva manter o aluno vinculado ao curso por meio de concessão de bolsas de estudo e trabalho, possibilitando ao mesmo o desenvolvimento de atividades nas áreas de pesquisa e extensão, as autoras descrevem as ações desenvolvidas no âmbito do subprojeto “brinquedos que contam história: elementos

para um ensino-aprendizagem humano, criativo e dialogal. Partindo da historização da assistência estudantil no âmbito da educação nacional e da UFMA, Marize e Adriana, apontam o papel histórico desempenhado pela assistência estudantil e o impacto destes projetos na comunidade em que são aplicados. Do ponto de vista da aprendizagem histórica demonstram como a utilização de aspectos lúdicos, desde que obedecendo critérios epistemológicos e metodológicos da disciplina de referência (História) e do campo da pedagogia, tornam-se instrumentos fundamentais na formação da consciência histórica, através da adoção de uma didática da História e da operacionalização da aprendizagem histórica, campos fundamentais para a valorização do ensino de História e para a formação de uma cultura histórica.

No oitavo capítulo, intitulado “Experiências Formativas e Práticas Docentes no Ensino Superior: O PAFOR/História no município de Urbano Santos – Maranhão”, Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo aponta o papel desempenhado pelo Programa de Formação de Professores na especialização dos profissionais ligados a área de ensino de História. Com o objetivo de possibilitar aos professores atuantes na educação básica dos diversos municípios brasileiros, o PAFOR apresenta-se como um instrumento fundamental na profissionalização e especialização de professores ligados a área de História na educação básica. Como destaque neste capítulo a autora apresenta a readaptação do programa durante o período pandêmico e como, mesmo durante o fechamento temporário das universidades o PAFOR continuou cumprindo a tarefa de formar professores profissionais que possam atuar ativamente no campo da educação histórica possibilitando a formação de uma consciência histórica a partir da utilização da didática da história e da construção do processo de aprendizagem histórica, mesmo em meio a pandemia de COVID 19.

No nono capítulo os autores Rogério de Carvalho Veras e Larissa Aryane Lima Araújo analisam o uso de métodos interdisciplinares como forma de valorização do ensino de História e de aplicação de uma didática da História. Intitulado “Mestres Ouvintes: Concepções acerca do papel do “Historiador” a partir do poema Drummoniano” o capítulo aponta para o papel da interdisciplinaridade na construção do conhecimento histórico. Tomando por base o poema “Historiador” de Carlos Drummond de Andrade, os autores constroem um conjunto analítico tomando como referência o poema citado para, a partir dele, discutir aspectos fundamentais para a História como: o significado do Historiador para a sociedade, os aspectos fundantes da disciplina História e principalmente qual trabalho deve ser desenvolvido por este profissional do conhecimento. Partindo das interpretações feitas por Anibal Quijano, Henrique Dussel e Erick Hobsbawm, os autores, a partir do poema citado, tentam responder estas questões e suscitar um debate central na sociedade contemporânea, cabe ao historiador atender as demandas do grande capital, ou entranhar-se nos debates e demandas que se apresentam no campo da diversidade e da Colonialidade?

No décimo capítulo os autores Antônia da Silva Mota e Flaviomiro Silva Mendonça apresentam um exemplo de educação patrimonial como meio para a construção da consciência histórica do aluno. Com o título “Educação Patrimonial na Área Itaqui-Bacanga MA: Conscientizar para preservar”, os autores demonstram como a interdisciplinaridade consiste em uma ferramenta indispensável para a didática da História e, por conseguinte, para a aprendizagem histórica. O capítulo remete a um projeto de educação patrimonial desenvolvido em uma escola comunitária do bairro Itaqui-Bacanga. Conhecido pela extensa dimensão territorial e pelo elevado contingente populacional o Bairro/objeto foi transformado em um campo de educação interdisciplinar que agregava ao mesmo tempo a educação patrimonial e a educação histórica. Partindo da História do Bairro e da apresentação da sua configuração sociocultural os autores utilizam-se da didática da História para formação da consciência histórica dos alunos envolvidos, através do despertar do sentimento de pertença e da valorização do patrimônio material e imaterial do bairro, elevando sobremaneira a autoestima dos alunos. Ao buscar na Educação Patrimonial os mecanismos para a aprendizagem histórica os autores apontam o papel fundamental da associação de conceitos e metodologias sem a perda da identidade disciplinar.

REFERÊNCIAS

BARCA, Isabel. Educação Histórica, Uma Nova Área de Investigação. In **História. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. Vol. 2. 2001. P 13-21. Disponível em <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5126>. Acesso em 21/10/2001

CAIMI, Eloísa Flávia Et. Al (org). **O livro didático e o Currículo de História em transição**. Passo Fundo. EDUPF. 1999.

LUCKESI, Cipriano Carlos. O papel da Didática na Formação do Educador. In CANDAU, Vera Maria (org). **A Didática em Questão**. 20ª ed. Petrópolis. Vozes. 2001. pp 25-34.

RÜSEN, Jörn. A Função da Didática da História: A Relação entre a didática da História e a Meta-História. In SCHIMIDT, Maria Auxiliadora e MARTINS, Estevão de Rezende. **Jörn Rüsen, Contribuições para uma Teoria da Didática da História**. Curitiba. W.A. Editores LTDA. 2016. pp 13-42.

_____. **Aprendizagem Histórica: Fundamentos e paradigmas**. Trad. Peter Host Rautmann, Caio da Costa Pereira, Daniel Martineschen e Sibebe Paulino. Curitiba. W.A. Editores LTDA. 2012.

_____. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In SCHIMIDT, Maria Auxiliadora et. al. (org). **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba. Ed. UFPR. 2011. pp 23-40.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora dos Santos. Cultura Histórica, Ensino e Aprendizagem de História: questões e possibilidades. In OLIVEIRA, Carla Mary S e MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro (orgs). **Cultura Histórica e Ensino de História**. João Pessoa. Ed. UFPB. 2014. pp 39-64.

EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS E PRÁTICAS DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR O PARFOR/ HISTÓRIA NO MUNICÍPIO DE URBANO SANTOS- MARANHÃO

Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo

Doutora em Ciências da Educação. Instituto
Central de Ciências Pedagógicas - Cuba
Professora Associada da UFMA
Professora do Profhistória/UFMA

INTRODUÇÃO

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9.394 de 20 de dezembro de 1996, o Ministério de Educação - MEC, possibilitou às Instituições de Ensino Superior brasileiras, a abertura de novos Cursos de Graduação em Licenciaturas nos mais diversos campos de estudo, dentre eles, História, bem como de Segundas Licenciaturas, para quem já possuísse a primeira e estivesse trabalhando na docência sem habilitação específica para a área.

A intenção da LDB 9.394/1996, era/é formar professores em nível superior, haja vista o quadro de professores presente nas escolas públicas brasileiras ainda não ter formação a nível de licenciaturas, a essa exigência a referida Lei veio propor, a formação do professorado para atuarem com o uso das tecnologias ancoradas em práticas de ensino e aprendizagens, híbridos ou virtuais. Tal medida, objetivava corroborar para que professores e estudantes adentrassem

na sociedade da informação, porém, nesse contexto da pandemia da Covid 19, esse “novo normal” ou o “ensino remoto” reverberou de forma latente às condições precárias de ensinar e aprender diante dos espaços virtuais, sobretudo acentuando o trabalho laboral do professor.

Diante desse contexto pandêmico, assentado na sociedade da informação e comunicação todos os sistemas estaduais e municipais de ensino, coordenados por suas respectivas secretarias e conselhos estaduais/municipais de educação passaram a atuar em situações emergenciais de atividades a distância. Em sua redação, a LDBEN dispõe em seu artigo 32§ 4º que o ensino a distancia pode ser utilizado como estratégia de complementação da aprendizagem assim como seu exercício em situações emergenciais, sobretudo no Ensino Fundamental. Acrescenta-se que artigo 36, § 11, a mesma lei insere o Ensino Médio na flexibilização dos processos de aprendizagem à distância.

Mediante o atual cenário de pandemia da Covid 19, o novo método de ensino emergencial, mas do que nunca necessita da utilização de tecnologias, para o bom andamento do ensino/aprendizagem, exigindo a resignificação da forma de ensinar e aprender, assim, temos uma soma expressiva de educadores desenvolvendo projetos e atividades mediados pelas

tecnologias. Mas a verdade é que a grande maioria das escolas e dos professores ainda estão em busca de aprender a aprender a utilizar adequadamente os meios tecnológicos para desenvolver tais práticas, haja vista o acesso à internet, não ser uma realidade para todos envolvidos no processo educacional formal.

Metodologias e práticas de ensino nesse contexto foram sendo desenvolvidas e aprendidas de forma colaborativa o que, possibilitou aos que puderem acompanhar tal processo, uma formação compartilhada entre professor e estudante - professor, sujeitos implicados nesse contexto. Tal determinação pedagógica, oportuniza novos métodos de ensino, a partir da revisão dos padrões pedagógicos de aulas que deixam para trás um modelo jesuítico, de aula presencial, com espaço delimitado, carteiras enfileiradas, professor falante e aluno ouvinte, para agir de forma diferenciada na urgência de um isolamento e distanciamento necessário em tempos de pandemia e por vezes, atuar na incerteza, com o uso de tecnologias da informação e comunicação – TIC, numa sala de aula virtual, onde, janelinhas com as iniciais dos seus partícipes, demonstrem a presencialidade virtual destes, ou sua própria fisionomia onde quer que esteja.

Ao longo desse artigo, pretendemos destacar alguns questionamentos que permeiam a prática docente dos professores de História: Como propor a investigação histórica para estudantes-professores por meio das tecnologias digitais? Qual a necessidade do uso das tecnologias digitais nesse contexto? O que mudou no ofício do professor de História durante a pandemia do coronavírus? Qual a contribuição do estudo da História durante a pandemia da Covid-19?

Tais perguntas foram feitas a estudantes-professores do Parfor – UFMA, no município de Urbano, de forma remota quando da oferta do componente curricular, História do Maranhão Imperial, entre os meses de abril a maio de 2021, ministrado por mim, professora do Curso de História da UFMA.

Tomamos como aporte metodológico alguns recortes do cotidiano, os quais podem exemplificar nossos questionamentos e direcionar nossos professores-estudantes do Parfor/UFMA a refletirem sobre a importância da investigação histórica nesse momento. Para tanto, utilizamos a letra da música de Raul Seixas intitulada “O dia em que a Terra parou”, lançada em 1977, entendendo que, para nós, brasileiros, esse dia, foi 20 de março de 2020, quando a pandemia da Covid 19, chegou oficialmente ao Brasil, especificamente a São Luís do Maranhão, e esta música, resume bem a situação, vivenciada por todos.

1 | PROFESSOR FORMADOR E OS DESAFIOS NA PRÁTICA DOCENTE

Atravessamos uma crise mundial causada pela Pandemia da COVID-19 nas mais diversas áreas de conhecimento em geral e na área de História em especial, fato que exige ações educativas planejadas, que observe o caráter sócio histórico para atendimento as

demandas da comunidade educativa, seja ela, da educação básica ou do ensino superior. Enquanto professora da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, nos propomos refletir sobre os desafios postos aos professores formadores e aos estudantes-professores, formandos de História, para continuarem exercendo sua formação e sua profissão.

Nesta reflexão, nos posicionamos criticamente para apontar as perspectivas do futuro que nos aguarda, como formadora de formadores (as) de nível superior, embora nessa lógica, Benjamin na sua Tese IX “Sobre o conceito de História” (1940), em um momento distante, mas que se adequa ao presente contínuo, tenha dito que “a tempestade que conduz ao homem nesse momento, está levando-o a olhar para os escombros, mas, inexoravelmente conduzindo-o para o futuro”, por isso, continua Benjamin, “os historiadores, cujo ofício, é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca nesses tempos”. (Op. cit. HOBBSAWM, 2007, p. 13).

O Brasil parou no dia em que o *coronavírus* cruzou continentes muito mais rápido do que se poderia imaginar e todas as pessoas foram obrigadas a seguirem os protocolos de isolamento e distanciamento com o uso de máscaras e álcool em gel, tais práticas fundamentadas em protocolos, como o uso de máscaras, o isolamento social e a lavagem contínua das mãos, mesmo com as objeções de alguns líderes políticos de nosso país, passou a ser a garantia da sobrevivência que está longe de ser solucionada, a contento de todos os habitantes do planeta Terra.

O Brasil entrou em estado de calamidade pública, e de acordo com o Decreto Legislativo nº 6 de 2020 o Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde de outros agravos, levou a Organização Mundial de Saúde (OMS) a declarar o estado de pandemia de COVID-19, o que exige esforço conjunto de todo o Sistema Único de Saúde - SUS para identificação da etiologia dessas ocorrências, bem como a adoção de medidas proporcionais e restritas aos riscos.

No Estado do Maranhão, considerando o Decreto nº 35.672 , de 19 de março de 2020, foi declarado estado de calamidade pública, em razão dos casos de contaminação pela COVID-19 (COBRADE 1.5.1.1.0 - Doença Infecciosa Viral), o qual foi reconhecido pela Assembleia Legislativa por meio do Decreto Legislativo nº 498, de 24 de março de 2020, e reiterado pelo Decreto nº 35.742, de 17 de abril de 2020, pelo Decreto nº 35.831 , de 20 de maio de 2020, pelo Decreto nº 36.203, de 30 de setembro de 2020, e pelo Decreto nº 36.264 , de 14 de outubro de 2020;

Mediante tais instrumentos legais, a educação formal, também parou, os alunos deixaram de ir as escolas, os acadêmicos deixaram de ir as faculdades, e/ou as universidades, porque os professores não estavam lá, era o momento de ficar em casa, com indicadores crescentes da pandemia em todo o país, inclusive, com casos comprovados de novas variantes, com potencial possivelmente mais elevado de transmissibilidade, além dos limites de fornecimento de insumos e de contratações de equipes médicas, para

ampliação de unidades de internação hospitalar, destinadas a suprir o aumento exponencial de pacientes infectados pela COVID-19 no Estado do Maranhão.

É desse contexto, que reflito, para destacar como fomos alçados a criar novas formas de ensinar e aprender, com o uso das tecnologias da informação e comunicação – TIC, por vezes, nunca antes utilizada, embora não seja o meu caso, pois, tenho alguma experiência com o uso dos artefatos digitais que estão disponíveis na escola básica e/ou na universidade, notadamente na UFMA que dispõe de uma plataforma virtual, bastante avançada para atender as exigências que o momento histórico nos exige.

O PARFOR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

A carência nacional de professores para atender à educação básica, especialmente a da rede pública, em todas as áreas de conhecimento, já se tornou um problema crônico, revelando-se mais grave quando se trata das disciplinas das áreas humanas. Dados do Censo da Educação revelam que apenas 15% dos professores que atuam no interior do Maranhão têm a qualificação adequada.

O aumento do número de vagas ofertadas à licenciatura em História em São Luís não resolve o problema dos profissionais que se encontram na rede de ensino do Estado do Maranhão, desprovidos de uma formação adequada, em virtude da escassez de ofertas de cursos de graduação em determinadas áreas afastadas, além da dificuldade de conciliar o exercício do trabalho docente com um curso de graduação com aulas regulares e semanais. Na tentativa de contornar essa situação, o Ministério da Educação criou o Programa de Formação de Professores da Educação Básica (PROFEBPAR).

Por extensão ao PROFEBPAR, foi criado o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (Parfor) instituído pela Portaria Normativa nº 9, de 30 de junho de 2009, em ação conjunta com Ministério de Educação - MEC e as Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios brasileiros, visando consolidar a formação acadêmica de professores da Educação Básica, que não possuíssem a devida licenciatura, em cursos de: primeira licenciatura, segunda licenciatura e formação pedagógica.

Neste caso, que agora refletimos, o Parfor atua através da oferta de cursos de primeira licenciatura, com base nos termos do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica, estruturado no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação Básica.

Assim, o Curso de Primeira Licenciatura em História do Parfor, visa ampliar o compromisso social junto a sociedade maranhense e suprir as carências do ensino básico no Estado do Maranhão, cuja responsabilidade de custeio é da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) com garantia de gratuidade

para todos os professores-estudantes, cabendo-lhes, somente se cadastrar na Plataforma Freire e ter seu município escolhido para sediar o Curso.

A estrutura curricular do Parfor visa atender à realidade do professor leigo sem acesso as diferentes teorias que propiciem opções de ensino e aprendizagem para além da reflexão sobre o seu fazer pedagógico, evidenciando na ação didática seu real significado no processo de construção do saber, embora conscientes de que na condição de mediador do conhecimento sistematizado, os implicados nesse contexto, precisam de tempo para aprender a aprender.

No desenvolvimento das ações do Parfor, temos a percepção de sua relevância, pelo expressivo número de profissionais em processo de formação ou já formados nas mais diversas licenciaturas, espalhadas pelo estado do Maranhão, dado que justifica sua relevância e continuidade, projetando suas perspectivas de melhor atuação, nos diferentes momentos da vida escolar e profissional. Nesse movimento dinâmico, a construção da identidade profissional docente não é algo estático, mas vai se definindo num processo de mudança, mediante uma aprendizagem que se desenvolve ao longo de vários anos.

A experiência docente vivenciada nos referidos Programas me possibilita refletir sobre aspectos da formação docente, em relação à teoria e à metodologia, como possibilidade de se repensar, de forma crítica, este processo de formação acadêmica na história da educação maranhense, tendo como referências as narrativas de sala de aula e as estratégias utilizadas, que se configuram na formação dos estudantes de História/Parfor, com base nos conceitos de ação-reflexão-ação no cotidiano acadêmico, da qual nos fala Schön (2000) quando formula a sua perspectiva em torno de três aspectos: reflexão da prática, reflexão sobre a prática e a reflexão sobre a reflexão da prática. Para ele, o professor possui um conhecimento adquirido na prática, e o utiliza para a solução de diferentes questões, da própria prática.

A reflexão na ação se dá quando o professor reflete, colocando para si as questões do cotidiano, como situações problemáticas e faz isso ao mesmo tempo em que está vivenciando esta situação. No entanto, quando se faz esta reflexão após a ação, a chamada reflexão sobre a ação; esta tem caráter retrospectivo. Por fim, no momento em que o profissional, em um processo mais elaborado, procura compreender a ação, interpretando-a, e tem condições de criar outra alternativa para aquela situação, na realidade ele está realizando o processo de reflexão sobre a reflexão da ação.

É nesse contexto que se optou por trabalhar com professores-estudantes do Parfor em Urbano Santos, os quais, atuam nas escolas de Educação Básica do referido município, sendo em sua maioria residentes no próprio município-sede da turma de História, fato esse considerado, de positividade, no sentido de que minimiza a ausência e a evasão dos referidos alunos, pois não careceram de transportes para se deslocarem ao espaço onde as aulas acontecem.

A escolha do município para abrigar o Parfor, segue uma logística de abrangência espacial e temporal, a primeira voltada a garantir acesso e permanência tanto do curso quanto dos professores-alunos que se inscreverem no mesmo, quanto atender as necessidades educacionais do município-sede e seus circunvizinhos, levando em conta a vocação regional e local, além da carência de professores licenciados para atuarem nas escolas de educação básica contribuindo assim com a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região que é de IDH-M: 0,588 – PNUD/2010.

Dessa forma o município de Urbano Santos, localizado a 240 km de São Luís capital do Estado do Maranhão, pertence a microrregião de Chapadinha, que é uma das microrregiões pertencente à mesorregião do Leste Maranhense, possui população estimada pelo IBGE de 24. 548 habitantes no último censo, correspondente a densidade demográfica é 20,3 habitantes por km² no território do município.

Pertencem a essa microrregião, as cidades de Anapurus, Belágua, Brejo, Buriti, Chapadinha, Mata Roma, Milagres do Maranhão, São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos, o qual, tem seu nome em homenagem a um dos ex-vice-presidentes do Brasil Dr. Urbano Santos da Costa Araújo, o qual assinou a Lei de criação do referido município.

O município de Urbano Santos está localizado em um entroncamento de quatro rodovias estaduais a MA-025, MA-110, MA-225, e MA-224 sendo esta última a principal via de acesso ao município e também a Chapadinha e São Luís pelas BR-222 e BR-135 respectivamente. Os habitantes são identificados como urbano-santenses.

O município possui quarenta e nove escolas municipais, seis estaduais e quatro privadas as quais são assumidas por professores licenciados e leigos dados que foram referenciados pelos indicadores do Censo Escolar de 2016 quando apontaram a necessidade de formação de professores atuantes na Educação Básica em três dimensões: a licenciatura para os professores leigos ou com formação em magistério; a segunda licenciatura para os professores que atuam fora da área de formação inicial e; a formação pedagógica para os professores bacharéis.

O ENSINO E APRENDIZAGENS NO PARFOR DIANTE DAS TECNOLOGIAS VIRTUAIS

Conforme o Projeto Pedagógico do Curso de Primeira Licenciatura em História através do Parfor, as aulas ofertadas, se dão em finais de semana, de forma presencial, no entanto, com a crise da pandemia da Covid 19, estas se tornaram remotas, com uso das tecnologias digitais e dessa forma, foi preciso criar estratégias para superar estas condições não desejáveis de ensino a distância com o uso das TIC.

Nesse ano de 2021, ainda com a pandemia da Covid 19, ativa em todo estado do Maranhão, em Urbano Santos, as aulas estão em andamento, com uso das tecnologias

digitais disponíveis no mercado educacional, principalmente o *Google Meet*, *Google Classroom* e *Zoom*, com constantes dificuldades de acesso, pois, as prestadoras de serviços digitais, em nosso Estado ainda deixam a desejar no atendimento virtual.

Enquanto professora do Departamento de História, fui indicada para ministrar o componente curricular História do Maranhão Imperial, aos alunos licenciandos em História do município de Urbano Santos, e para tanto, planejamentos nossas aulas com as ferramentas digitais, disponíveis, qual seja, o Google Meet acessado a partir de um e-mail institucional, que nos permite relativa segurança no processo educativo, pois apesar de tantas alterações em nosso *status quo* profissional, ainda temos de estar prevenidos, contra os hackers que invadem, as salas virtuais de ensino.

Assim com uma turma de 47 (quarenta e sete) alunos e alunas, iniciamos nossas atividades ao final do mês de abril com 15 horas aulas ministradas em cada final e semana, indo até o ultimo final de semana de maio, compondo a carga horária de 60 (sessenta horas) desse componente curricular.

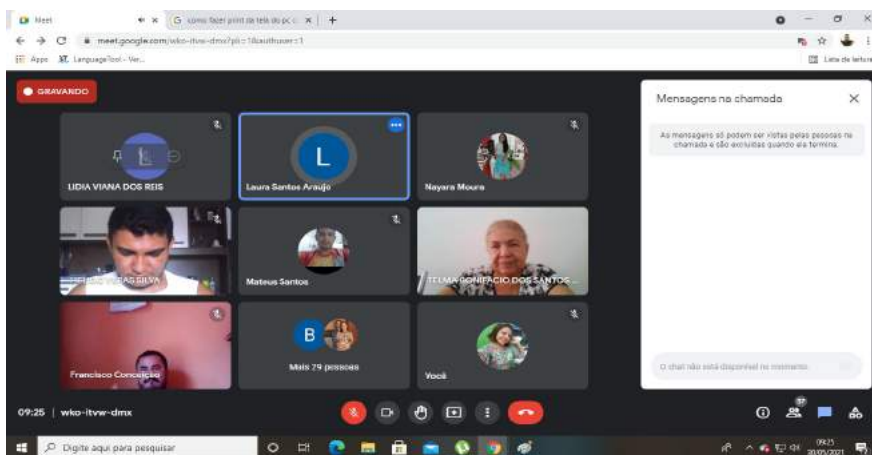


Figura 1 - Foto de uma aula virtual com alunos do Parfor do município de Urbano Santos- Maranhão.

Fonte: Arquivo pessoal.

Para garantir aulas e atividades do curso, nesse contexto de pandemia, a maioria das instituições está recorrendo ao desenvolvimento de atividades remotas e intensificando o uso das plataformas virtuais, através das metodologias ativas, atividade pedagógica, utilizada nesse contexto, com o uso da internet, com a finalidade de minimizar os impactos na aprendizagem dos alunos (as) advindos de sistema de ensino originalmente presencial.

Moran (2013), enfatiza que além da linguagem oral e da escrita, já usual nas salas de aula, é necessário considerar, também, a linguagem digital, a qual nos proporciona

novas formas de aprender e de saber se apropriar criticamente de novas tecnologias, buscando recursos e meios para facilitar a aprendizagem. Assim o professor, ao propor uma metodologia inovadora, precisa levar em consideração que, “a tecnologia digital possibilita o acesso ao mundo globalizado e a rede de informação disponível em todo universo e dar este espaço, também em aula para o aluno fazer uso” (p.21).

As redes digitais possibilitam organizar o ensino e a aprendizagem de forma mais ativa, dinâmica e variada, privilegiando a pesquisa, a interação e a personalização dos estudos, em múltiplos espaços e tempos presenciais e virtuais. Assim, a organização escolar precisa ser reinventada para que todos aprendam de modo mais humano, afetivo e ético, integrando os aspectos individual e social, os diversos ritmos, métodos e tecnologias, para ajudarmos a formar cidadãos plenos em todas as dimensões. (MORAN,2013, p.21).

Quanto as tentativas de alavancar significativamente o processo de ensino e aprendizagens destacamos as metodologias ativas somadas as tecnologias digitais, atingiram o ápice e envolveram toda a população mundial, permitindo ampliar um novo conceito de aula (Garcia, 1998), de espaço e de tempo, estabelecendo uma convergência física e virtual.

Para Levy (1999), “o impacto das tecnologias digitais se aprofunda e se diferencia a cada nova interface e a cada momento aumentando sua potência e sua capacidade” e quanto mais vivemos em um mundo digital mais será a tendência de sua universalização.

Aquilo que identificamos de forma grosseira como novas tecnologias recobre na verdade a atividade multiforme de grupos humanos um devir coletivo complexo que se cristaliza sobretudo em volta de objetos materiais, de programas de computador e de dispositivos de comunicação” (LEVY, 1999 p. 28).

Bacich e Moran (2018), destacam que,

Metodologias ativas apontam a possibilidade de transformar aulas em experiências de aprendizagem mais vivas e significativas para os estudantes da cultura digital, cuja expectativas em relação ao ensino, a aprendizagem a ao próprio desenvolvimento e formação são diferentes do que expressavam as gerações anteriores (BACICH & MORAN, 2018, p.10).

A principal característica das tecnologias digitais com o uso da internet, é a participação ativa do aluno no próprio aprendizado, não deixando essa função apenas por conta do professor, pois nesse caso, o aluno passa a ter mais autonomia e iniciativa, dando destaque ao seu protagonismo. Mas como essas metodologias podem ser aplicadas no ensino remoto? Será que é possível incentivar uma participação maior do aluno no aprendizado? Afirmamos, que sim, essa estratégia de ensino ajuda a desenvolver habilidades que são importantes para a vida de uma forma geral: autonomia, inteligência emocional, trabalho em equipe, tomada de decisões, entre outras.

Dessa maneira interagir com os recursos necessários, como o computador, ou o *smarthphone* para disponibilização dos conteúdos, ou de outras ferramentas próprias deste ambiente, como o chat ou o fórum, levam a nós professores (as) e alunos (as) a se reinventarem, neste momento de crise.

Nesse contexto de ensino e aprendizagens utilizamos uma abordagem de aprendizagem baseada no uso de vídeos interativos, (*based learning-VBL*), disseminada mediante a democratização do acesso aos dispositivos móveis, além de obras de referência em *e-books* que possibilitam uma *microlearning*, ambos altamente interativos, também os *e-mails* institucionais, além dos *whatsapp*s de grupo ou privados com os envolvidos no processo de ensino e aprendizagens.

O *fórum* invertido também foi uma ferramenta virtual assíncrona utilizada, no qual o aluno tem oportunidade de se aprofundar nos conteúdos abordados nas aulas, sanar dúvidas, debater diferentes assuntos ligados às disciplinas e se relacionar com outros estudantes.

Para Scavazza (2010),

O *fórum* ganha seus contornos genéricos específicos a partir de uma atividade 'tradicional' de sala de aula em ambiente presencial – a discussão ou o debate –que, transportado para o ambiente virtual, se configura como uma ferramenta com finalidade específica, para atuar num lugar e momento que lhe são próprios, apresentando uma organização textual sui generis e colocando em interação parceiros legitimamente constituídos e com perfil particular (SCAVAZZA, 2010, p. 84).

Inferem Dias & Leite (2010), que dependendo da atividade elaborada pelo professor, um *case* ou uma pergunta relevante e desafiadora, essa atividade é capaz de desenvolver o raciocínio crítico, a troca de ideias, a compreensão de conceitos científicos essenciais para a produção acadêmica e, acima de tudo, compartilhar conhecimento de forma ativa e colaborativa

A comunicação mediada por computador materializa-se através das trocas de mensagens eletrônicas. Assim, a natureza dessa ferramenta define essa mensagem. Através das ferramentas assíncronas –e-mail, lista de discussão, fórum etc. – é possível valorizar a reflexão e o refinamento das ideias dos participantes de um processo educacional. As ferramentas síncronas, por sua vez – como os chats – permitem a valorização da velocidade de comunicação, visto que a interação ocorre em tempo real (DIAS E LEITE, 2010, p. 94).

A atuação do professor no *fórum* deve estar pautada na ideia do papel de um condutor crítico reflexivo que atua oferecendo conteúdos de inspiração que despertam curiosidade, necessidade de aprofundamento e a vontade de saber mais sobre determinado assunto. É muito importante, especialmente no ensino remoto, que os estudantes possam dar opiniões sobre a forma de ensino. É como uma empresa que escuta o que o cliente tem a dizer: é o

aluno que vai dizer com clareza do que está sentindo mais falta e o que está dando certo, assim usamos o fórum interativo na escuta do aluno, como um *feedback* ao final do curso ministrado.

RESULTADOS ALCANÇADOS NA EXECUÇÃO DAS AULAS

O componente curricular História do Maranhão Imperial, faz parte da proposta curricular do curso de História de Primeira Licenciatura com uma carga horária de 60 horas e 4 créditos está sendo ofertada de forma remota em quatro finais de semana, cada um com 15 horas aulas, as quais, nesse contexto está dividido em atividades síncronas e assíncronas. O plano de trabalho ou de curso teve por base a Ementa, versando sobre: O Maranhão e a formação do Estado Nacional; Estrutura econômica, dinâmicas e transformações; Sociedade e Cultura no Maranhão; Educação no Maranhão do séc. XIX.

Quanto aos objetivos da disciplina, foram:

OBJETIVOS

Geral: Problematizar o *topos* “Maranhão Imperial” em diferentes configurações da escrita e da percepção historiográfica maranhense.

Específicos: - Desenvolver abordagens que privilegiem as conexões entre experiência histórica e formas de percepções;

- Construir perspectivas críticas e atualizadas para os estudos historiográficos no campo da História do Maranhão;

- Examinar os diferentes modos de classificação social da Província do Maranhão;

- Propiciar aos alunos o debate, à luz de alguns conceitos e problemas fundamentais, tais como: política, sociedade, economia, cultura e poder.

Para atender a essa ementa e alcançar esses objetivos, procuramos selecionar textos de autores maranhenses e/ou que estudam o Maranhão, onde os conceitos e as categorias presentes na ementa pudesse ser contemplado de forma a dar aos alunos a possibilidade de compreender os meandros desse período que compreende a chegada da família real portuguesa ao Brasil, a adesão do Maranhão a independência, a Balaiada e o Lord Cockrane, a cultura popular e a sociedade regional e a Inspeção de Instrução Pública e a Profissão Docente ontem e hoje.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES ESPERADAS

Ao fim da disciplina, espera-se que os discentes sejam capazes de:

- Aplicar em sala de aula os conceitos históricos que, comumente, são utilizados didaticamente para referir-se ao período estudado;
- Argumentar de forma crítica os eixos temáticos que compõem a disciplina;
- Reconhecer as permanências e/ou rupturas estruturais entre o período estudado e o presente.

Estes eixos foram tratados partindo de uma sessão cinematográfica sobre a viagem da corte portuguesa ao Brasil com o filme Carlota Joaquina, Princesa do Brasil, o qual relata a fuga da corte portuguesa frente ao ataque francês de Bonaparte, sua adesão ao Bloqueio Continental sob a chancela da Inglaterra, e nos levam para as consequências desse ato, quais sejam o novo cenário que as Cortes Portuguesas vão enfrentar, com costumes diferentes e considerados “não civilizados”, além das ações posteriores que culminarão com a separação definitiva de Portugal.

CONTEÚDOS

- 1 - Manifestações do lúdico e movimento em São Luís do Maranhão – séc. XIX – Delzuite Dantas Brito Vaz e Leopoldo Gil Dulcio Vaz.
- 2 - “Aderir”, “jurar” e “aclamar”: O Império no Maranhão (1823-1826). Marcelo Cheche Galves-Professor no Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (DHG/UEMA – São Luís/Brasil) e-mail: marcelocheche@ig.com.br.
- 3 – Lord Cockrane, o turbulento Marques do Maranhão. Vasco Mariz.
- 4 – Cultura Popular e Sociedade Regional no Maranhão do séc. XIX. Mathias Rohrig Assunção.
- 5 – A Balaiada no Maranhão – uma revisão historiográfica. Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo e Rafael de Jesus Pinheiro Privado.
- 6 – Inspetoria da Instrução Pública e Profissão Docente no Maranhão Império. César Augusto Castro et all.

O texto 1 de autoria de Delzuite Dantas Brito Vaz e Leopoldo Gil Dulcio Vaz Leopoldo Gil (um) teve como ênfase a análise das manifestações do lúdico na vida cotidiana do Maranhão do século XIX dando destaque para o lúdico, as atividades físicas e a movimentação dos sujeitos implicados naquele contexto; no texto 2 (dois), o objetivo apresentar nuances da gradativa incorporação simbólica da província do Maranhão ao novo corpo político que se delineava a partir do Rio de Janeiro, novo centro de autoridade, formalmente reconhecido a partir de julho de 1823. Como recurso, o autor priorizou as discretas manifestações de reconhecimento da autoridade do Imperador, entre os anos de 1823 e 1825, os juramentos à Constituição de 1824 e, os festejos que marcaram a aclamação do Imperador e o aniversário de um ano do príncipe imperial, entre outubro e dezembro de 1826.

A figura do Lorde Cochrane tem sido analisada em dissertações e teses de doutorado pelo mundo acadêmico, sendo importante conhecer sua história, assim o texto 3 (três), utilizando um artigo de Vasco Mariz (2013) fazemos a análise da personalidade do Lorde Cochrane, considerado por alguns críticos como vilão e por outros como herói, no entanto, analisando sua biografia, podemos inferir que ele foi um homem do seu tempo, com defeitos e qualidades humanos, honrado e desprezado, mas que fez um capítulo da história internacional e nacional, sendo, portanto, uma figura emblemática desse repertório.

No texto 4 (quatro), Assunção (1995) se propõe a reconstruir o desenvolvimento da cultura popular na província do Maranhão (MA) e ao mesmo tempo chamar a atenção para

a originalidade de sua subcultura rural, sua vaidade, bem como suas subdivisões Internas. Espera-se com isso demonstrar que a cultura popular é o resultado de um confronto permanente entre a subcultura dos diferentes grupos subordinados, de um lado, e a cultura e suas intervenções do outro.

Reinaldo e Privado (2020) no capítulo 5 (cinco) destacam alguns dos fatores que demarcam um período de lutas no Maranhão que se estenderam até o início do Segundo Reinado. Um período marcado por existência de conflitos sangrentos nas províncias do Maranhão e do Piauí, em consequência das lutas entre brasileiros e lusitanos, com desejo de liberdade e, em choque com a convergência política e as deficientes conjunturas socioeconômicas em que viviam as esferas subalternas. Um encadeamento de lutas que se agravou, instabilizando a “lei” e intensificando o grave cenário social e econômico. Além do mais, o Período Regencial jamais pode ser definido unicamente como uma etapa da História em que se sobressaíram a crueldade e a incerteza, porém se configurou com clamores de liberdade, que se evidenciaram nas lutas que despontaram em grande parcela das províncias.

E no capítulo 6 (seis) da apostila de História do Maranhão Imperial, Castro et all, analisa o papel da Inspeção da Instrução Pública no Maranhão, principal órgão de regulação e controle do ensino nas escolas públicas e particulares, resgatando o processo de escolarização formulado pelos legisladores, focalizando as políticas públicas de controle e regulação sobre quem e o que era ensinado nas escolas. A partir do levantamento e análise da documentação oficial, formulada pelos funcionários provinciais foi possível identificar os diferentes níveis de instrução formal; as intencionalidades impostas na província; a percepção de uma educação primária baseada na carência de materiais da cultura escolar, os vencimentos que obrigavam os docentes a terem outras ocupações e a falta de espaços apropriados para as aulas, a grande maioria, funcionando na casa dos professores. Fica claro, ainda, a necessidade de se estabelecer novas modalidades de controle ou cerceamento à circulação de ideias que, porventura, questionassem os pilares da sociedade cristã/católica, motivando uma reformulação dos modelos censores para procederem com maior eficácia um patrulhamento ideológico sob alguns indivíduos.

Procuramos, também complementar com as leituras das dissertações de mestrado de duas ex-professoras do Departamento de História da UFMA (Maria do Socorro Coelho Cabral - in memoriam) e Maria de Lourdes Lauande Lacroix - aposentada) as quais tratam sobre a instrução pública no Maranhão, além de artigos científicos e obras de referência em e-book para fundamentar as discussões feitas.

Também tivemos palestras com a participação do aluno do curso regular de História em São Luís - Rafael de Jesus Pinheiro Privado, o qual sendo coautor de um dos artigos da apostila, juntamente comigo, fez exposição do artigo sobre a “Balaiada: uma revisão historiográfica”, publicada em revista indexada com nossa coautoria e da Profa. Dra. Vania

Mondego Ribeiro, tratando sobre a “Implantação do ensino secundário público – o Liceu Maranhense, 1834”, objeto de sua monografia de conclusão do Curso de História na UFMA e posteriormente em continuação da sua dissertação de mestrado também na UFMA.

Posteriormente, fizemos um levantamento dos resultados alcançados nesse modelo remoto de aulas, com a participação de todos os alunos, para se posicionarem sobre o que apreenderam na disciplina, o que gostariam de ter visto e não foram contemplados; qual a contribuição do curso na sua aprendizagem sobre a História do Maranhão, do passado e no presente? Nesse contexto, podemos identificar alguns depoimentos dos alunos-professores do Parfor Urbano Santos e como eles virão essa experiência inovadora através do ensino remoto com uso do Google Meet.

Nesse dia utilizei uma introdução a sala virtual com uma nota acessada na mídia televisiva, na qual o Papa Francisco, de forma sarcástica, ao ser solicitado por um outro religioso na Praça de São Pedro para rezar pelo Brasil, o mesmo respondeu: “o Brasil, não tem salvação, muita cachaça e pouca oração”. Refletindo sobre essa declaração que certamente pode ser interpretada de vários modos, sugeri aos nossos professores-estudantes uma interpretação simbólica, na qual o Papa Francisco, poderia estar tentando dizer, que o povo brasileiro vive numa “embriagues ideológica”, fruto de uma política partidária irresponsável e grosseira, que tem levado a óbito quase meio milhão de pessoas, sem que atentem aos propósitos escusos e desumanos que orientam tais acontecimentos.

Destacamos também, que caso da “pouca oração” poderia ser traduzido por pouca reflexão, sobre os problemas que a humanidade convive atualmente, assolada por pandemia, fome, desemprego e falta de moradia e educação, que denotam ausência de políticas públicas, ou melhor, de governabilidade que atenda às necessidades básicas atuais do povo brasileiro.

Assim seguimos na análise do tempo passado na história nacional e sua correlação com o tempo presente, através da contribuição das falas de nossos professores-estudantes que foram gravadas no link do *Google meet*, procurando nesse *feedback* do trabalho desenvolvido, como uma amostra aleatória do conjunto de professores-estudantes do Parfor com autorização para publicação, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE em anexo, perceber suas interpretações às situações de ensino e aprendizagem nesse contexto, as quais podem ser vistas como avaliações exitosas do referido curso:

Nome dos (as) alunos (as)	O que disseram sobre as aulas de Maranhão Imperial
Bartolomeu Lima Sá Junior	<i>Destacou na fala do Papa Francisco uma metodologia que poderia ajudar ao professor fazer transposição didática do presente ao passado e vice-versa, entendendo que a metodologia utilizada foi importante e que nas aulas foram priorizados conteúdos e práticas pedagógicas importantes na formação do professor formador.</i>
Maria Creuza Silva Ferreira	<i>Considerou que foi uma ótima disciplina, que possibilitou vencer desafios e obter descobertas históricas importantes, para além do que já conhecíamos.</i>
Francisco da Conceição Correia	<i>Defendeu a premissa de que o ensino remoto nos impõe desafios, quando temos de lutar com as incertezas do cotidiano escolar. Considero todo material utilizado de boa qualidade, em princípio difícil, mas ao final gratificante, com o aprendizado alcançado. Comparo o saber anterior a esse momento e as informações dadas, uma diferença entre tantas disciplinas cursadas, entre o que se aprendeu antes e agora, podendo analisar textos, documentos, e outros recortes de jornais de época, para contextualizar o fato histórico, vi muita provocação cair em campo fértil, pois, para nós foi muito bom.</i>
Hélido Veras Silva	<i>Destacou a contribuição do artigo sobre a Balaiada: movimento social e sua relação com o texto sobre Cultura e Subculturas, quando destaca a participação social dos habitantes da região que corresponde a Urbano Santos, contemplados aí, como sujeitos históricos, amotinados nas barrancas do Rio Mocambo, conforme cita Ribeiro do Amaral, em e-book, também tratado nas aulas.</i>
Laureana dos Santos Araújo	<i>Importante disciplina, gratidão pela escolha dos textos, da metodologia utilizada, tratou de conteúdo, de metodologias, da formação do professor, das práticas de ensino, enfim, tudo foi colocado para nos ajudar nessa trajetória, contemplando situações exemplares da história maranhense, ontem no passado e hoje no presente.</i>
Lídia Viana dos Reis	<i>Trouxe contribuições que nos fizeram ter um outro olhar sobre o material de aula, tratado nessa disciplina, permitindo-nos colocar os heróis e vilões no seu devido lugar, conhecer para além do escrito, nas entrelinhas, o não dito, como o Lord Cochran, tratado através de textos complementares que falam de sua biografia.</i>
Mara Cecília de Paula Martins	<i>Destacou, em conformidade com outros colegas que a palavra é gratidão - pela oportunidade de nos brindar com novos saberes, para seguir nossos anseios de ser docente de História, vimos na riqueza dos textos escolhidos, as possibilidades de ensinar e aprender história, sem os casos repetidos no livro didático, pontuando que cada texto foi único e ao mesmo tempo múltiplo, levantando hipóteses e procurando respostas as nossas indagações, enfrentando dificuldades com a internet, caindo, vez por outra, mas saindo da nossa zona de conforto, para ousar encontrar nossos próprios caminhos.</i>
Mateus da Conceição Santos	<i>Destacou que o movimento de adesão do Maranhão a independência do Brasil, foi mais do que um acontecimento nas páginas do livro de História, foi a saga de dois povos, portugueses e brasileiros, lutando por seus ideais, que só foram alcançados em decorrência das disputas intestinas pelo poder, em busca, também, de melhores condições de vida. Considero, que em princípio a apostila pareceu difícil, mas a metodologia utilizada no manuseio das fontes até primárias e secundárias, colaborou para incorporar elementos novos que fogem ao tradicional e factual, ao qual estávamos acostumados, considero, enfim, uma disciplina muito proveitosa.</i>

<p>Nubiana Vieira do Nascimento</p>	<p><i>Todos os assuntos tratados nessa disciplina, ou componente curricular, como nos fala a professora Telma, foram excelentes, pois nos possibilitaram conhecer desde a educação no período jesuítico até a criação dos Liceus no Brasil e depois o Liceu no Maranhão, explanado pela Professora Dra. Vania Mondego, de forma brilhante, que nos fez ver, que a educação é oportunizada a todos, conforme fala nossa Constituição de 1988, mas que nem todos estão preparados para assumi-la em sua plenitude e com as exigências que possui, destacando o caso do Parfor quando somos recepcionados com a universidade dentro de casa, e por vezes não damos conta dessa oportunidade. Sem perder de vista os outros materiais, destaco a importância da disciplina como um todo.</i></p>
-------------------------------------	--

Assim, ao finalizar nossas atividades, após quatro finais de semanas de 15 horas aulas remotas, híbridas e com atividades síncronas e assíncronas, podemos inferir que utilizamos técnicas de leituras orientadas, discussões com base científica das fontes acessadas e produção textual, visto que orientei para que uma das avaliações, fosse um artigo científico, com recortes temporal e espacial, de temas disponíveis no planejamento do curso, ou caso não se sentissem seguros para essa atividade, fariam exercícios de pesquisa, a partir de questões norteadoras menos complexas e individuais.

Poderiam também escolher uma temática específica que envolvesse a localidade do curso e sua população (Urbano Santos) para reverem suas origens, a participação de seus antepassados no movimento da Balaiada, bem como as suas características culturais/subculturais a partir da miscigenação, que ali possa ter ocorrido mediante a expansão territorial local.

Poderiam também trazerem recortes de jornais de época, fotos antigas de escolas, objetos simbólicos que nos levassem aos tempos do Império, das escolas antigas da localidade e/ou do Liceu maranhense que foi um dos temas trabalhados no curso.

Se elencarmos as formas de avaliação utiliza nesse curso ofertado aos professores-estudantes do Parfor em Urbano Santos, podemos destacar:

AVALIAÇÃO

- Avaliação diagnóstica, formativa e mediadora;
- Avaliação da produção: percurso letivo com portfólios digitais, narrativas, relatórios e observação;
- Avaliação por rubrica: competências pessoais, relacionais e produtivas;
- Avaliação dialógica: por pares, auto avaliação, avaliação on-line, avaliação integradora;
- Avaliação dos itinerários formativos da vida acadêmica e profissional.

Enfim, apesar de terem sido propostas aparentemente diferentes, coincidem com os assuntos tratados, bem como com as experiências formativas e as práticas docentes e apontam avanços de forma progressiva, onde a colaboração de um projeto comum a todos, é o carro chefe, desenvolvendo as melhores práticas, incentivando a criatividade,

o empreendedorismo e/ou a experimentação, aprendendo com os erros e superando-os. Procuramos equilibrar a aprendizagem individual, grupal e orientada, propiciando um *designer* educacional aberto e compartilhado, através de uma plataforma digital em rede com a comunidade educativa de Urbano Santos - Maranhão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após trinta anos de exercício na docência do ensino superior, onde tive oportunidade de trabalhar em mais de uma centena de municípios maranhenses, incluindo a capital São Luís, com oferta de licenciaturas na área de História e Pedagogia, de forma presencial semestral e em finais de semana, eis-me trabalhando de forma remota, utilizando as TIC por conta de uma pandemia que veio mudar os rumos da educação mundial.

Sabemos que a educação desde seus primórdios utiliza suas metodologias de ensino para a educação formal, algumas antigas, mas ainda usadas, outras mais modernas, como as metodologias ancoradas pelas tecnologias da informação e comunicação.

Santos, afirma que,

Educar, não se limita a repassar informações, ou mostrar apenas um caminho, aquele caminho, que o professor considera o mais correto, mas é, ajudar a pessoa tomar consciência de si mesma, dos outros e da sociedade. É aceitar-se como pessoa e aceitar aos outros. É oferecer várias ferramentas, para que a pessoa possa escolher, entre muitos caminhos, aquele que for compatível com seus valores, com sua visão de mundo, e com as circunstâncias adversas que cada um irá encontrar. Educar é preparar para a vida. (SANTOS, 2007, p,11).

Para o desenvolvimento desse curso de História do Maranhão Imperial, ofertado aos alunos que são professores sem a licenciatura exigida em Lei nacional, na área de sua formação em História, no município de Urbano Santos, entendemos que foi necessário fazer escolhas de teorias, métodos e recursos, que permeiam o desenvolvimento do curso e os resultados a serem alcançados, repensando e reinventando, formas de ensinar e aprender, colocando o aluno como sujeito de sua própria aprendizagem e nós, como mediadora desse aprendizado.

Na universidade atual, ainda temos um método de ensino cartesiano, baseado na razão, com grande ênfase nos conteúdos, deixando a afetividade e as emoções de lado, embora saibamos da indivisibilidade do ser humano (razão e emoção), para evitar conflitos e colaborar com a solução de problemas.

Nesse contexto não se quer mais um homem máquina, que só produza sem pensar, ou que só seja capaz de exercer sua função sob comando, é de suma importância que as instituições de ensino superior, discutam em seu *corpus* docente, novas metodologias de ensino e aprendizagens, para que consigam formar seu aluno, não somente com

perfil técnico, mas com competências pessoais que lhe proporcionem a capacidade de pensar para tomar decisões, de olhar, organizar e planejar, antes de agir, de conseguir compreender o outro, e liderar com inteligência emocional necessária para criticar e ser criticado, amar e ser amado, compreender e ser compreendido.

Para que o aluno seja capaz de realizar essas operações de pensamento histórico crítico, de forma processual, o professor precisa oferecer muito mais do que aulas expositivas, elas devem ser dialogadas, com aplicação e exemplos práticos, com leituras dirigidas e outras atividades que façam sentido ao aluno. De nada adianta metodologias complexas ou discursos retóricos bem elaborados, sem que estes assuntos sejam contextualizados e transpostos a realidade do aluno, para compreender a relação do conteúdo com sua vida cotidiana.

No que tange aos questionamentos feitos no início dessa reflexão podemos dizer que para ensinar História hoje, devemos ter em vista o desejo do Estado em manter sua hegemonia e segurança diante das transformações sociais ao longo deste período; sempre preocupado com o conhecimento – principalmente o histórico – transmitido à sociedade e as dimensões que este toma, quando repensado de forma crítica.

Tivemos dificuldades relacionadas principalmente, ao acesso dos alunos aos dispositivos eletrônicos e ao sinal de Internet de qualidade. Além disso, também tivemos outras dificuldades relacionadas às condições em que os alunos estão submetidos, tendo em vista a necessidade de manter o isolamento social e, com isso, a impossibilidade de ver os amigos; de interagir pessoalmente com a professora, do diálogo necessário para que o processo de educação seja realizado de modo completo. Como consequência, o entusiasmo dos alunos, por vezes, se apresentou de forma negativa e na medida do possível, durante os finais de semana, procuramos vencer essas barreiras que dificultavam a relação de ensino e aprendizagens, diretamente associados ao desempenho acadêmico.

Muitos fatores contribuem às experiências e práticas de ensinar e aprender hoje, mas destacamos, em especial: a vertiginosa mudança dos meios de comunicação de massa e das tecnologias subjacentes, que colocam em crise a transmissão de conhecimento de forma tradicional; a educação que deixou de ser patrimônio exclusivo dos professores, passando a ser de toda comunidade e dos meios de comunicação que essa dispõe; o diálogo entre as culturas, atualmente, permite um enriquecimento global, no qual é importante viver na igualdade e conviver na diversidade; que os professores devem partilhar o poder da transmissão com outras instâncias, principalmente com os meios de comunicação de massa; que há necessidade dos professores adquirirem novas habilidades e destrezas, como o trabalho em equipe e a colegialidade verdadeira. Serão estas orientações, os motores, capazes de dotar aos professores formadores e aos alunos formandos condições para uma “formação a partir de dentro”, conforme nos fala Imbérnon (2005, p.30) que irá promover experiências formativas e práticas docentes com maior aceitação às mudanças

do tempo e às inovações nas práticas.

O professor de História, mas que qualquer outro, por compreender as transformações sociais que ocorreram com o passar dos tempos, bem como o perfil e o contexto social dos alunos, para ter elementos condicionantes para o seu planejar, executar e avaliar seu trabalho de acordo com a realidade deles. Para tanto, deve fazer o aluno (a) se sentir parte integrante de um processo histórico e criador de sua própria história, dando a ele (ela), as ferramentas de trabalho necessárias; o saber-fazer, o saber-fazer-bem feito, lançando os germes do devir histórico, em conformidade com o pensamento de Schmidt (2004, p.57) quando diz, “O professor é responsável por ensinar o aluno a captar e valorizar a diversidade dos pontos de vista e a ele (ela), professor (a) cabe ensinar o aluno a levantar problemas e a reintegrá-los num conjunto mais vasto de outras problemáticas”, nesse contexto, espero ter alcançado esse objetivo.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig. Cultura Popular e Sociedade Regional no Maranhão do séc. XIX. Society for Latin American Studies, Great Britain, A tradução Wagner Cabral da Costa do Depto. de História da Universidade Federal do Maranhão. Bulletin of Latin American Research, vol.14, nº 03 p. 265-286, 1995.

BACICH, Lilian & MORAN, José. Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora: Uma Abordagem Teórico-Prática. São Paulo, Editora Penso, 2018.

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRASIL. LDB – Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: <[http:// portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein.9394.pdf](http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein.9394.pdf)> Acesso em maio de 2021.

BRASIL. Parecer nº 9 de 08 de maio de 2001 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União, Brasília, 18 jan.2002, Seção 1, p.31.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. Propostas educacionais maranhenses no Império (1834-1889). (Dissertação de mestrado, impressa). Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. Instituto de Estudos Avançados em Educação. Departamento de Filosofia da Educação, 1982.

CASTRO, César Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez & COELHO, Josivan Costa. Inspetoria da Instrução Pública e Profissão Docente no Maranhão Império. Revista Cadernos de Pesquisa. v. 22, n. 2, 2015.

DIAS, R. A.; LEITE, L. S. Educação a Distância: da legislação ao pedagógico. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

GALVES, Marcelo Cheche. Aderir”, “jurar” e “aclamar”: O Império no Maranhão (1823-1826). Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP (Artigo). Revista Almanack (1). Jun 2011.

- GARCÍA, C.M. Pesquisa sobre Formação de Professores: o Conhecimento sobre Aprender a Ensinar. Revista Brasileira de Educação, 1998.
- HOBSBAWM, Eric. Globalização, democracia e terrorismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- IMBÉRNON, Francisco. Formação Continuada de professor. Porto Alegre: ArtMed, 2005.
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. A educação na Baixada Maranhense – 1822 a 1889. (Dissertação de mestrado, impressa). Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. Instituto de Estudos Avançados em Educação. Departamento de Filosofia da Educação, 1982.
- LÉVY, Pierre. Cibercultura. (Trad. Carlos Irineu da Costa). São Paulo: Editora 34, 1999.
- MARIZ, Vasco. Nos bastidores da diplomacia: memórias diplomáticas / Vasco Mariz. – Brasília: FUNAG, 2013.
- MORAN, José Manuel. A Educação que desejamos: Novos desafios e como chegar lá. São Paulo: Papirus, 2013.
- PALLOF, Rena; PRATT, Keith. O Aluno Virtual: um guia para trabalhar com estudantes online. Porto Alegre: Artmed, 2004
- PRIVADO, Rafael de Jesus Pinheiro & REINALDO, Telma Bonifácio dos Santos. A Balaiada no Maranhão – uma revisão historiográfica. Revista Humanidades e Educação. Imperatriz (MA), v.2, n.3, p.6576,jul./dez.2020.
- RIBEIRO, Vania Mondego. A implantação do ensino secundário público maranhense. Linceu Maranhense. Dissertação de mestrado (impressa). Universidade Federal do Maranhão. Departamento de Educação, 2006.
- SÁNCHEZ, L. P. El foro virtual como espacio educativo: propuestas didácticas para su uso. Verista Quaderns Digitals. n. 40, nov. 2005.
- SANTOS, S.M.P. (org.) O lúdico na formação do educador. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- SCAVAZZA, C. Gêneros discursivos emergentes: o fórum na educação a distância. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). São Paulo: Universidade de Taubaté, 2010.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe. O saber histórico na sala de aula. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- SCHÖN, D.A. Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000
- VAZ, Delzuite Dantas Brito & VAZ, Leopoldo Gil Dulcio. Manifestações do lúdico e movimento em São Luís do Maranhão – séc. XIX. (impresso) 2000.

ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado para participar da produção deste artigo científico que será objeto de publicação em uma Coletânea organizada por uma equipe de professores do Mestrado Profissional em História – PROFHISTÓRIA/UFMA. A justificativa da produção do artigo se dá em função de que os programas de pós-graduação *stricto-sensu* – mestrados ou doutorados tem a exigência da produção intelectual de seus integrantes a cada ano letivo com vista a avaliação quadrienal que é feita pela CAPES.

A Coletânea citada terá como título “**Aprendizagem Histórica: entre Conceitos e Experiências**” deverá ser publicada em formato e-book até o final desse semestre e será organizada em dois módulos que correspondem as conceituações pertinentes ao título inicial e outro que tratará das experiências em situação de ensino e aprendizagens.

Nessa perspectiva estou tratando da nossa experiência de ensino e aprendizagens no Parfor e tenho como sujeitos os alunos que fazem parte da turma de Urbano Santos, onde recentemente ministrei o componente curricular História do Brasil Imperial. Para tanto faça uma Introdução versando sobre a contextualização da problemática; descrevo as condições que nosso país se encontra diante da pandemia da COVID 19; trato do Programa de Formação de Professores – Parfor; faço considerações acerca da experiência de ensino e sua metodologia; e por fim detalho as situações de aprendizagens desde o planejamento até as avaliações finais e o relato dos alunos por amostragem, ao final da disciplina. Sua participação nesta pesquisa consistirá em dar concordância ao seu depoimento no referido artigo, pois o mesmo será objeto de publicação em nossa coletânea.

Profa Dra. Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo

Declaro que entendi os objetivos e benefícios de minha participação na publicação desse artigo e concordo em participar.

São Luís, 03 de junho de 2021

Bartolomeu Lima Sá Junior
Maria Creuza Silva Ferreira
Francisco da Conceição Correia
Hélido Veras Silva
Laureana dos Santos Araújo
LídiaViana dos Reis
Mara Cecília de Paula Martins
Mateus da Conceição Santos
Nubiana Vieira do Nascimento

APRENDIZAGEM HISTÓRICA:

Entre conceitos e aplicabilidades

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Atena
Editora
Ano 2022

APRENDIZAGEM HISTÓRICA:

Entre conceitos e aplicabilidades



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Atena
Editora
Ano 2022